

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	7
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	8

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	9
10.2 - Resultado operacional e financeiro	17
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	20
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	21
10.5 - Políticas contábeis críticas	32
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	45
10.8 - Plano de Negócios	46
10.9 - Outros fatores com influência relevante	47

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos. No entanto, possui normas internas que norteiam a gestão de riscos, aprovadas pelo Comitê Financeiro, formado por membros do Conselho de Administração, da Diretoria e da Gerência Financeira.

Essas normas, tem por objetivo:

1. Exposição cambial de caixa;

- a. a saldo de caixa deve ser suficiente para cobrir 12 meses de obrigações a pagar em dólares;
- b. em caso de excesso de caixa, a Tesouraria irá transferir o valor para o Brasil mensalmente.

2. Compliance para movimentação financeira;

- a. Risco de concentração (sobre disponível)
- b. Risco de crédito (sobre disponível)
- c. Risco de liquidez
- d. Risco de ativos

3. Antecipações estratégicas a fornecedores.

Todas as antecipações estratégicas a fornecedores devem ser aprovadas previamente pela Diretoria.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

As informações pertinentes constam no item 5.1 deste relatório de referência.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

(a) as principais práticas de controles internos e a grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Companhia dispõe de políticas e procedimentos divulgados aos seus colaboradores com o objetivo de orientar e estabelecer parâmetros dos processos para alinhamento às estratégias da organização. O sistema de controles internos está estruturado para assegurar a efetividade das suas operações, de seus sistemas de informação e o cumprimento das normas aplicáveis.

A efetividade do sistema é avaliada pelos auditores independentes como parte dos procedimentos de auditoria das demonstrações financeiras e por auditorias feitas diretamente pelas áreas de auditoria interna e controladoria, cujos relatórios contribuem para ações de melhoria contínua.

A Auditoria Interna de forma independente reporta as recomendações de melhorias necessárias aos processos, bem como realiza o monitoramento efetivo do Relatório de Controles Internos da auditoria externa. Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que a Companhia mantém controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas a ponto de afetar a preparação e a qualidade das Demonstrações Financeiras.

Constantemente, há adequação dos controles internos a fim de acompanhar eventuais mudanças nas condições existentes nos processos e garantir a conformidade com as políticas internas, legislação e normas vigentes.

Os relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, são elaborados conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Companhia conta com o ERP SAP, eficiente, seguro, reconhecido mundialmente e presente em diversas instituições de grande porte do Brasil e do Mundo.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas:

Dentro da estrutura de governança da companhia a Diretoria, a qual é composta pelos diretores estatutários, dentre outras atribuições responde pelas informações das demonstrações financeiras, tendo como suporte para a elaboração dessas informações, a Controladoria onde se concentram de forma corporativa a contabilidade da empresa Mangels, garantindo a adoção das boas práticas de controle interno e observação das normas contábeis aplicáveis. A Auditoria Interna Corporativa atesta a cobertura de avaliação para os processos relevantes da organização, levando em consideração os objetivos estratégicos da companhia, avaliando a eficácia dos controles internos frente a possíveis riscos.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do Emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

Os resultados dos trabalhos de Auditoria Interna Corporativa são reportados ao Conselho de Administração, e aos Diretores e Gerentes dos processos avaliados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Para todas as deficiências apresentadas são solicitados à gestão a elaboração de planos de ação, sendo os mesmos monitorados posteriormente pela auditoria para fins de follow-up e de acompanhamento de indicadores de conformidade. A Controladoria Corporativa monitora e acompanha todos os planos de ação originados dos pontos de melhoria de controles internos que integram o relatório de recomendações e comentários emitidos pela auditoria externa. Monitora os planos de ação relativos as melhorias ou implementações de controles internos chaves em resposta aos riscos corporativos mapeados, reportando à diretoria da companhia, bem como ao Conselho de Administração os resultados desse gerenciamento.

(d) **deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**

Parte A – Novas recomendações

- (i) Recomendações para atenção dos responsáveis pela governança (deficiências significativas)

1. Deficiência no acompanhamento dos processos de PIS e COFINS _CD_16

Situação Observada

Visando garantir o seu direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, a Companhia entrou com os processos abaixo.

Para o processo 0035872.28.2002.4.01.3400, a Companhia tomou ciência no momento do trânsito em julgado. Porém, até o momento não reconheceu os créditos relativos a esse processo. A Companhia entende que a melhor estimativa é com base na metodologia COSIT. Mas não possuem memória de cálculo do saldo apresentado, pois, ocorreu o distrato com o antigo escritório responsável pelo processo, e atualmente, a Companhia está em fase de levantamento das documentações para seguir com a execução judicial.

Em 24/01/2019, a decisão judicial favorável à MICL tornou-se definitiva (trânsito em julgado, sem possibilidade de recursos), para o processo nº 0004004-50.2007.4.03.6100. *A Companhia tomou ciência somente dia 28/06/19, data de emissão da certidão.*

Em 13/12/2019 foi certificado o trânsito em julgado do Acórdão que reconheceu o direito creditório em relação ao passado e a desoneração das operações subsequentes do processo nº 5000806-57.2016.4.03.6114. *A Companhia tomou ciência somente em abril de 2020, na emissão do despacho.*
(Habilitação do processo junto à Receita Federal foi em 14/04/2020)

Recomendação

Recomendamos que o departamento jurídico estabeleça procedimentos de acompanhamento tempestivos sobre 100% dos processos que possa apresentar risco de contingência nos saldos contábeis.

Possíveis efeitos

A Companhia não apresentou no decorrer do exercício 2019 as informações de forma adequada com relação aos trânsitos julgados:

Março de 2019: nada foi divulgado com relação ao assunto, porém, constava 1 processo já com trânsito em julgado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Junho, setembro e dezembro de 2019: Foi divulgado que dos 3 processos judiciais, 2 tiveram trânsito em julgado. Para dezembro de 2019, a informação correta, seria que os 3 processos foram certificados os trânsitos julgados.

a. Superveniências federais

A Companhia discutia a tese de que o ICMS não integra a base de cálculo do PIS e da COFINS em três processos judiciais, que abrangem os fatos geradores ocorridos a partir do ano 1992. No primeiro semestre de 2019, foram certificados os trânsitos em julgado para dois processos da Companhia, referente aos períodos de 1992 a outubro de 2011. Os efeitos dessas decisões estão sendo apurados pela Companhia.

O reconhecimento desse crédito extemporâneo para o período de apuração de 1992 a outubro de 2011 será registrado como "Outras receitas operacionais" assim que for possível realizar uma estimativa confiável. A Companhia está envidando esforços para concluir os cálculos o quanto antes.

Comentários da Administração

2. Revisão Especialistas Indiretos

Situação Observada

Durante a revisão do time de TAX Indiretos da KPMG foi identificada ausência de documentos, tais como:

- a) DACON dos meses de 09.2010; 01.2011; 03.2011; 05.2011; 07.2011;
- b) GIA dos meses 02.2009; 03.2009 (São Bernardo do Campo) e o mês de 02.2009;
- c) DCTF do mês de 09.2007;
- d) Apuração das contribuições para o PIS e COFINS dos meses 06.2007; 09.2007; 02.2009; 03.2009 e
- e) Guia de recolhimento do ICMS dos meses 06.2007; 09.2007; 02.2009; 03.2009; 05.2011 e 07.2011 (São Bernardo do Campo), os meses 06.2007; 09.2007; 02.2009 (Galvanização), os meses 05.2011 e 07.2011 (Três Corações) e o mês 07.2011 (Aparecida de Goiânia).

Recomendação

Recomendamos que a Companhia apresente seus controles organizados para auxílio nas validações de bases contabilizadas.

Comentários da Administração

Para as DACON's faltantes será solicitada a 2ª via a RFB (09/2010, 01/2011, 03/2011, 05/2011 e 07/2011).

Para as guias de ICMS faltantes: a Solução de Consulta (SC) COSIT 13/18 menciona que, preferencialmente, o ICMS a recolher a ser considerado nos cálculos deve ser aquele declarado nas EFD – ICMS/IPI e para os casos de inaplicabilidade desse demonstrativo pode ser aquele constante das guias ou das GIA's. Desta forma, em que pesem as guias em si, que de toda a forma são bem vindas, os cálculos foram realizados com base no ICMS a recolher declarados na EFD ICMS/IPI e nas GIA's (dependendo do período), nos estritos termos da SC 13/18. Ademais, apenas por medida de cautela, realizamos na época uma análise a partir do razão da conta de passivo do ICMS a recolher e constatamos que os valores de ICMS a recolher das filiais/períodos mencionados no item "e" foram devidamente recolhidos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A Companhia possui o Código de Ética aprovado pelo Conselho de Administração em 08 de agosto de 2011.

O documento pode ser consultado no site da Companhia: www.mangels.com.br

A Companhia possui o canal de denúncias disponível para o recebimento de denúncias internas e externas, sendo mantidos o sigilo e a privacidade, não sendo necessário a identificação.

O canal de denúncias está disponível no próprio site da Companhia ou pelo telefone 0800 2929 400, onde as denúncias são direcionadas para a área de Auditoria Interna.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de riscos adotada pela Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes, além das divulgadas nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

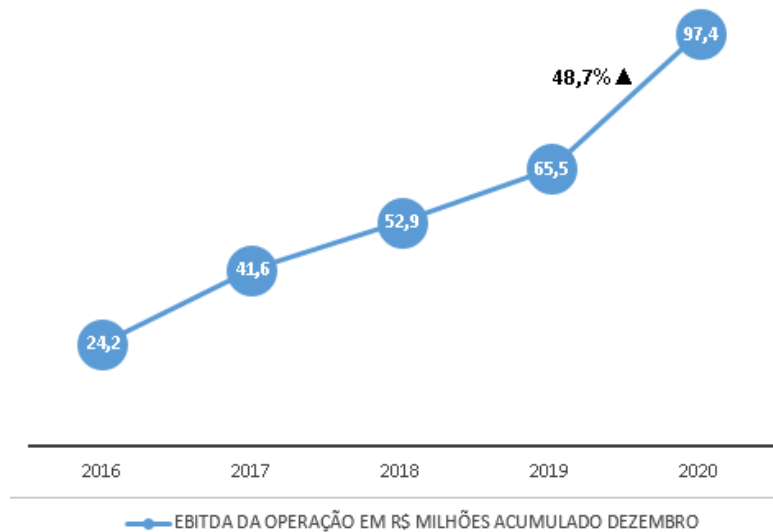
10 – Comentários dos Diretores

10.1 – Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

SENHORES ACIONISTAS:

Submetemos à apreciação e deliberação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Mangels Industrial S.A., acompanhadas do Relatório dos auditores independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. As demonstrações financeiras são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e de acordo com os Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade ("IASB") e pelas normas e instruções emitidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

DESTAQUE:



O EBITDA chegou em R\$ 97,4 milhões no acumulado até dezembro de 2020, contra R\$ 65,5 milhões no mesmo período de 2019, ou seja, 48,7% de aumento. Isto é fruto de um trabalho bem-sucedido de reestruturação, iniciado em 2013, trabalho este que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e a manutenção do destaque que sempre teve na cadeia de suprimentos da indústria automobilística e de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano de reestruturação com SETE PILARES CHAVES que levaram às ações como, por exemplo: implantação de controles rígidos; substituição de executivos; comunicação com credores, colaboradores, clientes, fornecedores e instituições financeiras; redefinição do negócio principal; mudanças estruturais; melhoria nos processos de produção, vendas, logística, qualidade; redução de custos e controle efetivo do caixa.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Mangels implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos, por meio de mudança cultural.

CENÁRIO ECONÔMICO – 2021

Diante de um cenário onde as incertezas e os impactos provocados pela pandemia Global do COVID-19, está sendo desafiador prever índices e resultados para a economia, devido a isso as projeções exigem cautela.

No setor Veículos Automotores, conforme divulgado pela ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) apresentou suas estimativas para o ano de 2021 de um aumento de 25% na produção.

No Mercado de GLP (Gás Liquefeito de Petróleo) com o isolamento social em suas residências devido à pandemia, ao contrário dos demais derivados do petróleo, o GLP não reduziu no mundo e no Brasil. Segundo relatório “Fatos e Dados” da Petrobras de 18 de janeiro de 2021 e de acordo com a ANP, as vendas do botijão de gás de 13 quilos cresceram 5,3% em relação ao ano anterior. Segundo entrevista do dia 11 de janeiro de 2021 o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigas), relatou: “Em relação ao GLP, a expectativa do setor é de crescimento da demanda em torno de 1,5% a 2% em 2021”.

Conforme dados da Abraciclo a projeção de produção de motocicletas para o ano de 2021 terá um aumento na produção de 10,2% comparado ao ano de 2020.

Diante desse cenário, as novas estimativas são mais otimistas, a economia parece estar adaptando-se às atividades intensivas com o passar do tempo. As projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentam uma modesta melhora do PIB mundial de 4% para 2021. Em um cenário positivo, com pandemia controlada e a vacinação rápida, o crescimento global poderia acelerar para quase 5%, estima a instituição.

DESEMPENHO CONSOLIDADO

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	180,6	99,0	183,2	202,6	665,4	157,0	182,1	170,4	171,2	680,7
Receita Líquida	147,1	79,6	153,0	166,6	546,3	126,1	148,3	141,6	140,3	556,3
Mercado Interno	131,3	73,4	131,1	158,2	494,0	113,2	129,4	122,9	121,5	487,0
Mercado Externo	15,8	6,2	21,9	8,4	52,3	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(124,3)	(80,0)	(124,5)	(136,9)	(465,7)	(106,6)	(125,4)	(121,6)	(109,1)	(462,7)
Lucro Bruto	22,8	(0,4)	28,5	29,7	80,6	19,5	22,9	20,0	31,2	93,6
Margem Bruta	15,5%	-0,4%	18,6%	17,8%	14,8%	15,4%	15,5%	14,1%	22,2%	16,8%
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(8,5)	(6,8)	(8,0)	(8,5)	(31,8)	(8,6)	(8,4)	(8,5)	(9,7)	(35,2)
Outras receitas (despesas)	(5,3)	9,4	1,3	24,3	29,7	(0,1)	0,2	1,2	(12,5)	(11,2)
Lucro (Prejuízo) Operacional	9,0	2,2	21,8	45,5	78,5	10,8	14,7	12,7	9,0	47,2
Resultado Financeiro	(99,1)	(27,6)	(16,7)	36,4	(107,0)	(11,7)	(5,1)	(36,4)	2,0	(51,2)
Despesa Financeira	(8,5)	(8,8)	(7,2)	(7,3)	(31,8)	(9,2)	(10,0)	(11,3)	(9,3)	(39,8)
Receita Financeira	0,2	4,0	0,1	11,8	16,1	0,2	-	0,4	1,1	1,7
Variação cambial líquida	(90,8)	(22,8)	(9,6)	31,9	(91,3)	(2,7)	4,9	(25,5)	10,2	(13,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(90,1)	(25,4)	5,1	81,9	(28,5)	(0,9)	9,6	(23,7)	11,0	(4,0)
Imposto de renda e contribuição social	(0,7)	(0,3)	(0,8)	(0,6)	(2,4)	(0,6)	(0,6)	(0,7)	(0,6)	(2,5)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(90,8)	(25,7)	4,3	81,3	(30,9)	(1,5)	9,0	(24,4)	10,4	(6,5)
EBITDA	13,8	6,9	26,5	50,2	97,4	15,3	19,3	17,3	13,6	65,5

As **vendas líquidas consolidadas** no 4º trimestre de 2020 chegaram ao valor de R\$ 166,6 milhões e no mesmo período de 2019 somaram R\$ 140,3 milhões, representando um aumento de 18,7%. No acumulado até dezembro 2019 somaram R\$ 556,3 milhões, já no mesmo período de 2020 chegamos a R\$ 546,3 milhões, uma redução de 1,8%.

O **lucro bruto consolidado** no 4º Trimestre de 2020 chegou a marca de R\$ 29,7 milhões e uma margem bruta de 17,8%, sendo este 4,8% inferior ao mesmo período de 2019 que foi de 31,2 milhões. No acumulado até dezembro ficou positivo em R\$ 80,6 milhões, com uma margem bruta de 14,8%. No comparativo com o mesmo período de 2019 foi de R\$ 93,6 milhões onde houve uma retração de 13,9%, reflexo direto do lockdown implementado nos nossos principais clientes do setor automotivo em virtude do COVID-19.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** apresentaram uma redução de R\$ 3,4 milhões quando comparadas ao acumulado de dezembro de 2020 contra mesmo período de 2019. Mesmo com os repasses de inflação e dissídios, esta redução é fruto das decisões assertivas do Comitê de Crise implantado para mitigar os impactos gerados pelo COVID-19.

Outras receitas (e Despesas) no acumulado de 2020 fechamos positivos em R\$ 29,7 milhões, dos quais R\$ 22,3 milhões são de valores pagos indevidamente referente a exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, referentes a processo transitado, julgado e homologados junto a Receita Federal que serão compensados com débitos de tributos e contribuições federais.

Lucro operacional no acumulado até dezembro de 2020 apurou R\$ 78,5 milhões contra R\$ 47,2 milhões no mesmo período de 2019, um aumento de 66,3%. Parte desta variação é o efeito da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, que é de R\$ 22,3 milhões. Excluindo este valor e comparando os períodos acumulados o **Lucro operacional ajustado** seria de R\$ 56,2 milhões contra os R\$ 47,2 milhões de 2019, uma variação de 19,1% de aumento, um excelente desempenho.

No 4º Trimestre de 2020 apresentamos um **lucro líquido** de R\$ 81,3 milhões uma variação positiva de R\$ 70,9 milhões se comparado ao mesmo período de 2019, entretanto no acumulado até dezembro de 2019 apuramos um **Prejuízo líquido** de R\$ 6,5 milhões e no mesmo período de 2020 foi apurado um prejuízo de R\$ 30,9 milhões, este prejuízo é reflexo direto da desvalorização do Real frente ao Dólar que foi de 29% no acumulado até dezembro de 2020. A contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O **EBITDA** acumulado até dezembro 2020 foi de R\$ 97,4 milhões contra os R\$ 65,5 milhões do período anterior, um aumento de 48,7%. Parte desta variação é o efeito da exclusão do ICMS da Base de Cálculo do PIS e da Cofins, que é de R\$ 22,3 milhões. Excluindo este valor e comparando os períodos acumulados o EBITDA ajustado seria de R\$ 75,1 milhões contra os R\$ 65,5 milhões de 2019, uma variação de 14,6% de aumento, um excelente desempenho neste período do COVID-19.

O **EBITDA** é o principal indicador da Companhia, pois representa a geração de caixa para pagamento das obrigações e não está afetado pela variação cambial e a contabilização dos juros, ou seja, está diretamente relacionado a operação da Organização.

COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS

RODAS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	101,9	20,0	101,3	126,5	349,7	86,9	106,7	101,4	95,9	390,9
Receita Líquida	84,3	17,3	85,8	104,7	292,1	71,2	88,7	83,9	80,0	323,8
Mercado Interno	68,5	11,8	64,6	99,3	244,2	58,3	69,8	65,2	61,2	254,5
Mercado Externo	15,8	5,6	21,2	5,3	47,9	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(71,8)	(28,5)	(67,4)	(82,1)	(249,8)	(61,1)	(75,5)	(71,1)	(60,0)	(267,8)
Lucro Bruto	12,5	(11,2)	18,4	22,6	42,3	10,1	13,2	12,8	20,0	56,0
Margem Bruta	14,8%	-64,7%	21,4%	21,6%	14,5%	14,2%	14,9%	15,3%	25,0%	17,3%

O Setor automotivo foi um dos mais prejudicados no período, nossos clientes implantaram lockdown em suas atividades em meados de março quando a Organização Mundial de Saúde - OMS configurou como pandemia o surto do COVID-19. Nossos principais clientes retornaram suas atividades somente no final de Junho, outros ficaram totalmente parados até meados de maio, os demais neste período retomaram suas operações de forma gradativa.

Esta retomada gradativa gerou incertezas e falta de previsão impactando fortemente a produtividade nas linhas de produção. Esta situação poderia ser evitada se as entidades ligadas ao setor automotivo tivessem se organizado uma parada e retomada conjunta, amenizando o impacto na cadeia produtiva.

A receita líquida da Mangels Rodas no 4º trimestre de 2020 atingiu os R\$ 104,7 milhões, comparados aos R\$ 80,0 milhões do mesmo período de 2019, um crescimento de 30,9%. Em contra partida no acumulado até dezembro 2019 chegamos aos R\$ 323,8 milhões contra R\$ 292,1 milhões do mesmo período de 2020 ocasionando uma redução de 9,8%.

O **lucro bruto** do 4º trimestre de 2020 teve um crescimento de 13% sendo R\$ 22,6 milhões contra R\$ 20,0 milhões do mesmo período de 2019. O acumulado até dezembro de 2020 foi de R\$ 42,3 milhões. No acumulado até dezembro de 2019 chegamos em R\$ 56,0 milhões, o que representa para o mesmo período de 2020 uma redução de 24,5% em um cenário sem precedentes, que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva. A margem bruta no acumulado até dezembro de 2019 foi de 17,3% e o mesmo período de 2020 foi de 14,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CILINDROS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	66,9	72,4	68,2	63,0	270,5	56,5	67,2	57,7	53,9	235,3
Receita Líquida	51,3	56,4	54,2	49,6	211,5	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Interno	51,3	55,7	53,5	46,6	207,1	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Externo	-	0,7	0,7	3,0	4,4	-	-	-	-	-
CPV	(43,2)	(45,9)	(46,7)	(44,5)	(180,3)	(35,5)	(43,3)	(41,4)	(33,5)	(153,7)
Lucro Bruto	8,1	10,5	7,5	5,1	31,2	7,0	8,1	5,2	8,0	28,3
Margem Bruta	15,8%	18,6%	13,8%	10,3%	14,8%	16,5%	15,9%	11,2%	19,3%	15,5%

Por ser um item de primeira necessidade e extrema importância para as famílias dos Brasileiros nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento. O pioneirismo na implantação de medidas protetivas, através de protocolos de saúde, segurança e higienização, foi fundamental para garantir a integridade dos colaboradores nesta fase. O isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19 obrigou a população a passar mais tempo em casa e consequentemente o consumo de gás GLP disparou nas residências, principalmente no início da crise, entre final de março e começo de abril. Além disso os serviços de gastronomia sofrendo com as restrições de funcionamento, contribuíram para ampliar ainda mais o uso doméstico de GLP na preparação de alimentos.

Neste período a **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 atingiu R\$ 49,6 milhões, demonstrando um aumento de 19,5% frente ao mesmo período do ano anterior de R\$ 41,5 milhões. Já no acumulado até dezembro de 2020 chegamos aos R\$ 211,5 milhões, contra R\$ 182,0 milhões do mesmo período do ano anterior, representando também um aumento de 16,2%.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2020 foi R\$ 5,1 milhões, registrando uma diminuição de 36,3% em relação aos R\$ 8,0 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro de 2020 atingimos R\$ 31,2 milhões, superior em 10,2% em relação aos R\$ 28,3 milhões do mesmo período do ano anterior. Esse excelente desempenho é devido principalmente ao aumento dos volumes na produção de Cilindros de GLP.

AÇOS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	11,8	6,6	13,7	13,1	45,2	13,5	8,3	11,3	21,4	54,5
Receita Líquida	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
Mercado Interno	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
CPV	(9,3)	(5,6)	(10,4)	(10,3)	(35,6)	(10,0)	(6,6)	(9,0)	(15,6)	(41,2)
Lucro Bruto	2,2	0,3	2,6	2,0	7,1	2,4	1,5	2,2	3,2	9,3
Margem Bruta	19,1%	5,1%	20,0%	16,3%	16,6%	19,4%	18,5%	19,6%	17,0%	18,4%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de “V” para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

As linhas de produção do setor de motocicletas ficaram paralisadas de março até maio, onde retomaram suas atividades.

A **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 foi de R\$ 12,3 milhões, o que representa uma diminuição de 34,6% quando comparados aos R\$ 18,8 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro em 2020, a receita líquida foi de R\$ 42,7 milhões, uma redução de 15,4% quando comparados ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 50,5 milhões.

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 3,2 milhões, contra aos R\$ 2,0 milhões do 4º trimestre de 2020, uma redução de R\$ 1,2 milhões. No acumulado até dezembro de 2019, o lucro bruto foi R\$ 9,3 milhões contra R\$ 7,1 milhões do mesmo

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

período de 2020, representando uma redução de 23,7%. Desta maneira nota-se uma retração na margem bruta de 1,8% no acumulado de 2020 contra o mesmo período de 2019.

EVOLUÇÃO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

R\$ Milhões	1T19	2T19	3T19	4T19	1T20	2T20	3T20	4T20
FINANCIAMENTOS								
Curto Prazo	15,1	13,0	17,9	14,7	20,9	39,2	30,0	25,0
Longo Prazo	627,5	621,5	653,8	641,4	740,6	761,3	737,1	704,2
	642,6	634,5	671,7	656,1	761,5	800,5	767,1	729,2
DISPONIBILIDADES								
Caixa e equivalentes de caixa	11,7	25,8	31,6	26,1	23,3	32,4	53,9	27,3
Títulos e valores mobiliários	6,4	1,8	20,0	16,1	36,7	47,0	65,2	36,2
	18,1	27,6	51,6	42,2	60,0	79,4	119,1	63,5
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	624,5	606,9	620,1	613,9	701,5	721,1	648,0	665,7

O **endividamento líquido** da Companhia teve aumento em função das oscilações da taxa R\$/dólar, em 31 de dezembro de 2019 a taxa era de R\$ 4,0307 e em 31 de dezembro de 2020 chegou aos R\$ 5,1967, gerando assim uma contabilização de variação cambial negativa de R\$ 97,9 milhões no período. Além deste fator, outro que impactou foi a provisão de juros.

Conforme já mencionado nos comentários do lucro líquido, a contabilização da variação cambial não afeta o caixa da Companhia, pois a maior parte da dívida é de longo prazo.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM Nº 381, de 14 de janeiro de 2003 e ao Ofício - Circular CVM/SNC/SEP nº 002/2006, de 28 de dezembro de 2006, a Mangels e suas controladas informam que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não contrataram outros serviços da KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria externa da Companhia, que não sejam relacionados à auditoria externa.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos nossos auditores independentes se fundamenta nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência desses auditores e consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Os dados não financeiros, tais como volumes, quantidade, preços médios, cotações médias, em Reais e em Dólares, não foram objeto de revisão pelos nossos auditores independentes.

PERSPECTIVAS PARA 2021

As perspectivas para o ano de 2021 ainda são incertas. De modo geral, as empresas estão confiantes na retomada econômica do país, principalmente com a expectativa da vacinação para combater o Covid-19. Porém já é possível notar a reativação da economia em alguns setores, o que impactará positivamente 2021.

Uma ameaça ao desempenho das empresas em 2021 é escassez de insumos, tais como alumínio, aço, ferro, embalagens de papelão e resina e tem provocado aumento significativo nos preços e até mesmo supervalorização do aço e outras Commodities. Segundo um alto executivo do setor siderúrgico, lembrou que o setor reajustou preços em 19% no quarto

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

trimestre de 2020 e "No primeiro trimestre vai ter um 'carry over' de preços em torno de 25%... Além do carry over, provavelmente vamos ter mais um aumento em março para distribuição focado em (laminados) a quente e a frio". "No segundo trimestre...vai ter da ordem de 20%... não tem o que fazer", acrescentou o executivo.

Pontos positivos são apontados segundo dados da Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), alguns deles são aumento no faturamento, nas vendas, criação de postos de trabalho e menor endividamento o que indica que o mercado está comprando, vendendo e fazendo a economia girar.

Conforme boletim Focus de 15/03/2021 estima-se que o PIB brasileiro terá crescimento de 3,23%, a inflação deve alcançar o patamar de 4,60%, o dólar deve manter a R\$ 5,30 e a taxa Selic com expectativa de 4,50%.

COVID-19

Nossa prioridade sempre foi a Vida e Saúde de nosso maior ativo que são os nossos colaboradores e seus familiares. Diante desta pandemia e desafio coletivo que exige atenção e cuidados de todos, a Mangels mais uma vez priorizou as ações protetivas a colaboradores e as que ajudam a sociedade. Mesmo diante de uma crise, oportunidades e ideias incríveis vieram à tona, assim diversas ações foram tomadas e nos ajudaram nesse momento, por isso disponibilizamos especialistas, estruturas e recursos de apoio para implementá-las.

Nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento desde o início da pandemia, o pioneirismo na implantação de medidas protetivas, higienização e segurança com a saúde dos colaboradores, foi fundamental nessa fase.

Diante da necessidade de severas transformações no processo de segurança e produtivo, adotamos uma série de medidas para mitigar os impactos gerados pelo COVID-19, como a criação de um Comitê de Crise com o objetivo de identificar e facilitar a tomada de decisão, visando maior celeridade na reação da Companhia diante dos novos desafios decorrentes da pandemia. Implementamos protocolos gerais e específicos de segurança, subcomitês para assuntos específicos, planejamento em etapas considerando a relevância dos setores, avaliação dos riscos de cada atividade para a saúde, avaliação constante das medidas implementadas, e o cumprimento do cronograma pré-estabelecido. Todas as medidas foram validadas com os profissionais competentes da saúde pública e privada.

Prezando pela saúde, a quantidade de pessoas em nossas fábricas foram reduzidas, evitando a possibilidade das aglomerações nos ambientes de trabalho, colaboradores administrativos passaram a trabalhar em home office, todas as viagens internacionais e nacionais foram suspensas, distribuição de álcool gel 70° em diversas áreas da empresa, suspensão da entrada de terceiros na fábrica, aplicação de questionário de prevenção com os colaboradores que estão retornando de férias, máscaras de segurança foram entregues para todos os colaboradores, orientação sobre o uso e higienização da máscara, pulverização e higienização de todos os ônibus fretados após cada trajeto, adequação do restaurante para acomodação dos colaboradores nos horários de refeições, aumento no horário de serviço do refeitório para maior atendimento, novos layouts do contingente de pessoal estratégicos nos escritórios, áreas industriais, orientações e distribuição de documentos relacionados à saúde dos trabalhadores.

As comunicações de orientação e prevenção também foram enfatizadas nos canais internos como intranet, murais e TV, além de entrega de cartilhas e diálogos semanais de segurança e saúde com os colaboradores.

Os subcomitês das áreas Jurídicas e Fiscais constantemente se mantêm atualizados e atentos a todas as Leis, Decretos, Resoluções, Portarias e Medidas Provisórias que afetam a empresa, nossos clientes, fornecedores e a comunidade em geral,

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

visando sempre aplicar o que for mais vantajoso no âmbito Federal, Estadual e Municipal, com o objetivo de identificar e facilitar a tomada de decisão, gestão dos negócios, manutenção dos empregos e focando a preservação do caixa.

O subcomitê da área financeira foi incumbido de não poupar esforços para traçar medidas emergenciais. De forma prudente, estreitou ainda mais a comunicação com credores, clientes, fornecedores e instituições financeiras sobre a situação atual, definindo estratégias que viabilizem a redução dos impactos financeiros provenientes dessa pandemia.

O Comitê de Crise, tem mantido conversas diárias com clientes internos e externos, para gerenciar e identificar situações pontuais que necessitem de ações para ajustar fluidez dos processos produtivos e de prevenção a saúde, buscando superar os desafios que a pandemia do COVID-19 tem causado em todos os setores. Com agilidade, conhecimento e compromisso de manter a consolidação da empresa, o Comitê continua trabalhando com a gestão de caixa e manutenção dos níveis de estoques das matérias primas necessárias para retomada das atividades econômicas. Com isto, conseguimos proporcionar aos nossos colaboradores a estabilidade econômica e financeira, mantendo salários e benefícios em dia.

Mesmo com um cenário de rápidas mudanças, criados pela pandemia do COVID-19, conseguimos encontrar maneiras sustentáveis de crescimento de forma estratégica, economicamente viável e socialmente justas. Reforçamos nosso compromisso com abastecimento de todos setores da nossa cadeia produtiva, mas zelando sempre pela Vida e Saúde dos nossos colaboradores e seus familiares.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos clientes, fornecedores, acionistas, comunidade financeira em geral e especialmente aos nossos colaboradores pelo comprometimento demonstrado.

Administração.

Três Corações, 22 de março de 2021.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 – Resultado Operacional e Financeiro****a. Resultados das operações do emissor, em especial:****i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita****COMENTÁRIOS DOS NEGÓCIOS****RODAS**

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	101,9	20,0	101,3	126,5	349,7	86,9	106,7	101,4	95,9	390,9
Receita Líquida	84,3	17,3	85,8	104,7	292,1	71,2	88,7	83,9	80,0	323,8
Mercado Interno	68,5	11,8	64,6	99,3	244,2	58,3	69,8	65,2	61,2	254,5
Mercado Externo	15,8	5,6	21,2	5,3	47,9	12,9	18,9	18,7	18,8	69,3
CPV	(71,8)	(28,5)	(67,4)	(82,1)	(249,8)	(61,1)	(75,5)	(71,1)	(60,0)	(267,8)
Lucro Bruto	12,5	(11,2)	18,4	22,6	42,3	10,1	13,2	12,8	20,0	56,0
Margem Bruta	14,8%	-64,7%	21,4%	21,6%	14,5%	14,2%	14,9%	15,3%	25,0%	17,3%

O Setor automotivo foi um dos mais prejudicados no período, nossos clientes implantaram lockdown em suas atividades em meados de março quando a Organização Mundial de Saúde - OMS configurou como pandemia o surto do COVID-19. Nossos principais clientes retornaram suas atividades somente no final de Junho, outros ficaram totalmente parados até meados de maio, os demais neste período retomaram suas operações de forma gradativa.

Esta retomada gradativa gerou incertezas e falta de previsão impactando fortemente a produtividade nas linhas de produção. Esta situação poderia ser evitada se as entidades ligadas ao setor automotivo tivessem se organizado uma parada e retomada conjunta, amenizando o impacto na cadeia produtiva.

A receita líquida da Mangels Rodas no 4º trimestre de 2020 atingiu os R\$ 104,7 milhões, comparados aos R\$ 80,0 milhões do mesmo período de 2019, um crescimento de 30,9%. Em contra partida no acumulado até dezembro 2019 chegamos aos R\$ 323,8 milhões contra R\$ 292,1 milhões do mesmo período de 2020 ocasionando uma redução de 9,8%.

O lucro bruto do 4º trimestre de 2020 teve um crescimento de 13% sendo R\$ 22,6 milhões contra R\$ 20,0 milhões do mesmo período de 2019. O acumulado até dezembro de 2020 foi de R\$ 42,3 milhões. No acumulado até dezembro de 2019 chegamos em R\$ 56,0 milhões, o que representa para o mesmo período de 2020 uma redução de 24,5% em um cenário sem precedentes, que paralisou as produções dos nossos clientes e afetou toda a cadeia produtiva. A margem bruta no acumulado até dezembro de 2019 foi de 17,3% e o mesmo período de 2020 foi de 14,5%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**CILINDROS**

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	66,9	72,4	68,2	63,0	270,5	56,5	67,2	57,7	53,9	235,3
Receita Líquida	51,3	56,4	54,2	49,6	211,5	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Interno	51,3	55,7	53,5	46,6	207,1	42,5	51,4	46,6	41,5	182,0
Mercado Externo	-	0,7	0,7	3,0	4,4	-	-	-	-	-
CPV	(43,2)	(45,9)	(46,7)	(44,5)	(180,3)	(35,5)	(43,3)	(41,4)	(33,5)	(153,7)
Lucro Bruto	8,1	10,5	7,5	5,1	31,2	7,0	8,1	5,2	8,0	28,3
Margem Bruta	15,8%	18,6%	13,8%	10,3%	14,8%	16,5%	15,9%	11,2%	19,3%	15,5%

Por ser um item de primeira necessidade e extrema importância para as famílias dos Brasileiros nossa fabricação e requalificação de botijões continuaram ativas em pleno funcionamento. O pioneirismo na implantação de medidas protetivas, através de protocolos de saúde, segurança e higienização, foi fundamental para garantir a integridade dos colaboradores nesta fase. O isolamento social decorrente da pandemia do COVID-19 obrigou a população a passar mais tempo em casa e consequentemente o consumo de gás GLP disparou nas residências, principalmente no início da crise, entre final de março e começo de abril. Além disso os serviços de gastronomia sofrendo com as restrições de funcionamento, contribuíram para ampliar ainda mais o uso doméstico de GLP na preparação de alimentos.

Neste período a receita líquida no 4º trimestre de 2020 atingiu R\$ 49,6 milhões, demonstrando um aumento de 19,5% frente ao mesmo período do ano anterior de R\$ 41,5 milhões. Já no acumulado até dezembro de 2020 chegamos aos R\$ 211,5 milhões, contra R\$ 182,0 milhões do mesmo período do ano anterior, representando também um aumento de 16,2%.

O lucro bruto no 4º trimestre de 2020 foi R\$ 5,1 milhões, registrando uma diminuição de 36,3% em relação aos R\$ 8,0 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro de 2020 atingimos R\$ 31,2 milhões, superior em 10,2% em relação aos R\$ 28,3 milhões do mesmo período do ano anterior. Esse excelente desempenho é devido principalmente ao aumento dos volumes na produção de Cilindros de GLP.

AÇOS

R\$ Milhões	1T20	2T20	3T20	4T20	2020	1T19	2T19	3T19	4T19	2019
Receita Bruta	11,8	6,6	13,7	13,1	45,2	13,5	8,3	11,3	21,4	54,5
Receita Líquida	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
Mercado Interno	11,5	5,9	13,0	12,3	42,7	12,4	8,1	11,2	18,8	50,5
CPV	(9,3)	(5,6)	(10,4)	(10,3)	(35,6)	(10,0)	(6,6)	(9,0)	(15,6)	(41,2)
Lucro Bruto	2,2	0,3	2,6	2,0	7,1	2,4	1,5	2,2	3,2	9,3
Margem Bruta	19,1%	5,1%	20,0%	16,3%	16,6%	19,4%	18,5%	19,6%	17,0%	18,4%

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels em Manaus, bem como eixos traseiros em forma de lâminas de aço em perfil de "V" para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais.

As linhas de produção do setor de motocicletas ficaram paralisadas de março até maio, onde retomaram suas atividades.

A **receita líquida** no 4º trimestre de 2020 foi de R\$ 12,3 milhões, o que representa uma diminuição de 34,6% quando comparados aos R\$ 18,8 milhões do mesmo período de 2019. No acumulado até dezembro em 2020, a receita líquida foi de R\$ 42,7 milhões, uma redução de 15,4% quando comparados ao mesmo período de 2019, que foi de R\$ 50,5 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O **lucro bruto** no 4º trimestre de 2019 foi de R\$ 3,2 milhões, contra aos R\$ 2,0 milhões do 4º trimestre de 2020, uma redução de R\$ 1,2 milhões. No acumulado até dezembro de 2019, o lucro bruto foi R\$ 9,3 milhões contra R\$ 7,1 milhões do mesmo período de 2020, representando uma redução de 23,7%. Desta maneira nota-se uma retração na margem bruta de 1,8% no acumulado de 2020 contra o mesmo período de 2019.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Não se aplica.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

Rodas: A maior influência neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Companhia paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes negócios. Para o negócio de Cilindros, a influência da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nos três últimos exercícios sociais, não houve introdução ou alienação de segmento operacional em nossas atividades.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nos três últimos exercícios, não foram constituídas, adquiridas ou alienadas participações societárias

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais nos três últimos exercícios sociais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo:

- (a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37);
- (b) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16).

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

Mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento:

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo tem R\$ 246.992 em empréstimos bancários em LIBOR que serão objeto da reforma do LIBOR. O Grupo espera que a taxa de juros de referência para estes empréstimos seja alterada para SONIA (Term SONIA para 6 meses) em 2021 e que nenhum ganho ou perda significativa na modificação surja como resultado da aplicação das alterações.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020****Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Mangels Industrial S.A.**

Três Corações - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 10 (ii), em 2019, a Companhia obteve decisão favorável em julgado que determinou a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 em diante. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia mensurou e reconheceu o correspondente ativo relacionado aos créditos tributários decorrentes de 2 (dois) das 3 (três) ações judiciais, referente ao exercício findo de 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$ 36.675 mil, sendo R\$ 22.322 mil referente ao principal e R\$ 14.353 mil referente à atualização monetária, além de obrigações de honorários de sucesso advocatícios relativo as referidas ações judiciais no montante de R\$ 2.934 mil, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

Estimativas Contábil e Retificação de Erros. Consequentemente, nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a rubrica tributos a recuperar no ativo circulante está apresentada a menor em R\$ 36.675 mil, a rubrica outras contas a pagar e tributos a recolher, ambas no passivo circulante, estão apresentadas a menor em R\$ 2.934 mil e R\$7.729 mil, respectivamente, e a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais, receitas financeiras e despesa de impostos de renda e contribuição social, estão apresentadas a menor em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil e R\$7.729 mil, respectivamente. Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a maior e o patrimônio líquido a menor em R\$ 26.012 mil, bem como o prejuízo por ação reduzido em R\$ 4,2262 de ações ordinárias e R\$ 4,6488 de ações preferenciais. Nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica outras receitas operacionais, outras despesas operacionais e receitas financeiras estão apresentadas a maior em R\$22.322 mil, R\$2.934 mil, R\$14.353 mil, respectivamente, Sendo assim, o prejuízo do exercício está apresentado a menor em R\$33.741, bem como o prejuízo por ação aumentado em R\$ 5,4820 de ações ordinárias e R\$ 6,0302 de ações preferenciais.

Para o período de 1992 a 2002 referente a 1 (uma) das ações judiciais também com trânsito em julgado favorável, até a conclusão dos nossos trabalhos, a Companhia não havia finalizado todo o levantamento do referido crédito com a respectiva documentação suporte. Se a Companhia tivesse concluído o levantamento do referido crédito certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020 poderiam ter sido afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável por nós quantificar os efeitos dos referidos ajustes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2020.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluimos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

São Paulo, 22 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin

Contador CRC 1SP142133/O-7

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.
Três Corações – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva” as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 11 às demonstrações financeiras, a Companhia obteve o trânsito em julgado favorável de ações judiciais que determinam a exclusão do ICMS da base de cálculo dos tributos de PIS e COFINS para o período de apuração de tributos de 1992 a 2011, indicam que a entrada de benefícios econômicos para a Companhia é praticamente certa, nos termos do CPC 25, de forma que o ativo e o correspondente ganho deveriam ser mensurados e reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia não havia concluído a análise sobre a estimativa dos montantes de créditos a serem reconhecidos em decorrência da decisão judicial favorável, assim como os possíveis impactos tributários a serem apurados sobre o ganho. Se a Companhia tivesse concluído a análise sobre a estimativa dos montantes de créditos tributários a serem reconhecidos, certos elementos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas seriam afetados de forma relevante. Os efeitos desse assunto não foram determinados.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado**Demonstração do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção acima intitulada “Base para opinião com ressalva”, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações individuais e consolidadas de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 22 de fevereiro de 2019, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, concluímos que as outras informações também apresentam distorção pela mesma razão do assunto e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalva”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Veja a Nota 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria

As demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

incluem valores de ativo imobilizado no montante de R\$ 140.684 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Companhia. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura da unidade geradora de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tal ativo, que envolvem premissas como crescimento da receita, taxa de desconto, taxa de inflação, entre outras, e à complexidade do processo, que requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.

- (i) Obtenção do entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios, orçamentos e análises ao valor recuperável da unidade geradora de caixa onde os ativos imobilizado foram alocados, disponibilizados pela Companhia;
- (ii) Avaliação da razoabilidade da determinação da Unidade Geradora de Caixa (UGC) para o teste de redução ao valor recuperável;
- (iii) Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos as UGCs entendidas com maior risco, as premissas e as metodologias utilizadas pela Companhia na preparação das projeções e comparamos com dados obtidos de fontes externas, como o crescimento econômico projetado, inflação e taxas de desconto.
- (iv) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima e nos resultados obtidos, consideramos que os saldos de imobilizado são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC 1SP142133/O-7

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**10.5 – Políticas contábeis críticas****a. Base de consolidação****(i) Controladas**

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(ii) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iii) Investimentos em entidades contabilizadas por método de equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro líquido ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes (ORA) da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda Estrangeira**Transações em moedas estrangeiras**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

(i) **Reconhecimento e mensuração inicial**

As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. O contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) **Classificação e mensuração subsequente**

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas aos pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros
Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

e. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição do Grupo para as normas CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado é capitalizado como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	4% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	10% a.a.
Direito de uso (i)	10% à 25% a.a

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

- (i) A taxa de depreciação segue conforme o período do contrato de arrendamento e expectativa de renovação do mesmo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**f. Intangível**

A Companhia detém no seu quadro de ativos recursos intangíveis como softwares de desenhos de projetos de engenharia e implantação de novos processos, sistemas e licenças.

O método de amortização utilizado é linear com a vida útil média de 5 anos podendo variar de acordo com a definição dos prazos dos contratos.

g. Redução ao valor recuperável**(i) Ativos financeiros não-derivativos***Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável relacionadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e

outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas por redução ao valor recuperável, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 120 dias de atraso.

O Grupo avalia contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 120 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo gerente financeiro.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando:

é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou

o ativo financeiro estiver vencido a mais de 120 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda por redução ao valor recuperável é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

difficultades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;

quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 120 dias;

a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da perda por redução ao valor recuperável no balanço patrimonial

A perda por redução ao valor recuperável para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que são propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

h. Benefícios a empregados***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que poder ser estimado de forma confiável, e é provável que uma recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação.

j. Capital Social**(i) Ações ordinárias**

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32/IAS 12.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais são não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo.

k. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada com o cliente. A receita de vendas é reconhecida à medida em que a Companhia transfere o controle sobre o produto ao cliente considerando assim que a obrigação de desempenho foi cumprida.

A Companhia controla a transferência do benefício através do comprovante de entrega assinado.

Nenhum desconto é concedido para os produtos faturados, não há devolução em dinheiro. Além disso, com raras exceções quando há devolução, sempre por novos produtos.

Os preços de vendas e serviços são determinados com base em acordos ou dependendo do caso contratos com os clientes.

A receita de serviços é reconhecida a medida que o serviço é prestado.

l. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, descontos de fornecedores e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, variações monetárias e cambiais, descontos concedidos a clientes, juros de fornecedores, despesas de indexação e outras despesas financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A controlada E.Koga & Cia Ltda - EPP, têm o imposto de renda e a contribuição social do exercício calculados utilizando o regime de lucro presumido que, com base no faturamento bruto, aplica-se a alíquota de 32%, para chegar a base tributável, aplicando o percentual de 15% acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

n. Incentivo fiscal

A controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

A redução do imposto sobre a renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e, a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito, diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação e da norma IAS 33 - Resultado por Ação.

p. Segmentos operacionais

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à Diretoria Estatutária (principal tomador de decisão); da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos institucionais (primariamente a sede da Companhia) e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

As divulgações dos segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são baseadas na estrutura gerencial das demonstrações financeiras e da Administração.

q. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborara demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

r. **Arrendamento mercantil**

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Anteriormente, o Grupo determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03/IFRIC 4 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. O Grupo agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento, descrito acima.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;

valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e

o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06(R2) / IFRS 16 referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional, tais como: não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI.

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os ativos arrendados eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.
Não se aplica
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
Não se aplica
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
Não se aplica
- iv. contratos de construção não terminada.
Não se aplica
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos.
Não se aplica

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- a. Como tais itens alteram ou poderão alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Não se aplica.

- b. Natureza e o propósito da operação.**

Não se aplica.

- c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 – Plano de Negócios****a. Investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

Investimentos em 2020:

Foram investidos em 2020 R\$13.044 mil, referente Adequações na Fábrica, Instalações, Retrofit e Construção de Ferramental nas plantas de Rodas e Cilindros.

ii. fontes de financiamentos dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica aos três últimos exercícios sociais.

c. Novos produtos e serviços, indicando:**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.**

Não se aplica.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados.

Não se aplica.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não se aplica.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia foram abordados nos itens anteriores.